

**§2º- (Revogado)**

Art. 478 - O juízo da execução poderá devolver as guias erroneamente confeccionadas ou deficientemente instruídas ao juízo expedidor, para regularização.

Parágrafo único. Caso solicitada a remessa de guias de execução já expedidas, deverá ser providenciado o reenvio, vedada a mera informação da anterior expedição extraviada.

**Artigo 4º - Alterar a redação do artigo 549 das NSCGJ:**

Art. 549 - O Juiz competente para a execução da medida de segurança, uma vez cadastrado o processo de execução, passará a zelar pela implementação das políticas antimanicomiais, conforme sistemática da Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, determinará o necessário para aferir a persistência da periculosidade da pessoa internada e, periodicamente, conforme previsto em lei ou normativos infralegais, analisará a necessidade de manutenção da internação, substituição por outro recurso terapêutico adequado ou a liberação da pessoa internada.

**Artigo 5º - Alterar o 549-A nas NSCGJ:**

Art. 549-A - Em caso de redistribuição, os autos dos processos de execução de medida de segurança de internação serão encaminhados ao juízo de execução criminal competente imediatamente após o cumprimento do mandado de internação, independentemente do local de custódia do sentenciado.

**Artigo 6º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

São Paulo, 04 de agosto de 2025.

**FRANCISCO LOUREIRO**  
Corregedor Geral da Justiça

**Republicado por conter alteração**

**Processo nº 0000163-52.2025.8.26.0115 – Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor – R. N. de O. DECISÃO:** Vistos. Acolho o parecer apresentado pela MMª. Juíza Assessora da Corregedoria, e por seus fundamentos, ora adotados, para dar provimento ao recurso interposto e ABSOLVER o servidor R. N. DE O., matrícula (---), das imputações descritas na portaria inaugural, por suposta violação aos deveres funcionais previstos no artigo 241, incisos IV, XIII e XIV, da Lei nº 10.261/68 e pela suposta infração ao artigo 333 do Código Penal. Publique-se. São Paulo, 04 de agosto de 2025. FRANCISCO LOUREIRO, Corregedor Geral da Justiça. Adv: RICARDO PEREIRA DA SILVA (OAB 238707/SP).

**Processo nº 0008562-91.2025.8.26.0496 – Agravo de Execução Penal – R. R. de C. DECISÃO:** Vistos. Tendo em vista que o recurso interposto está sendo devidamente analisado por esta Corregedoria Geral da Justiça nos autos principais (feito nº ---), tornem os autos à origem. Intime-se. São Paulo, 01 de agosto de 2025. JOVANESSA RIBEIRO SILVA AZEVEDO PINTO, Juíza Assessora da Corregedoria. Adv: VITOR AURÉLIO TIMÓTEO DA SILVA (OAB 462174/SP).

**EXTRAJUDICIAL****Dicoge 1****CONCURSO EXTRAJUDICIAL****13º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO****EDITAL Nº 32/2025 – CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
(CONCESSÃO DE LIMINAR PROVISÓRIA)**

O Presidente da Comissão Examinadora do 13º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador FRANCISCO ANTONIO BIANCO NETO, em cumprimento à liminar provisória concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 0021121-51.2025.8.26.0053, em tramitação perante o D. Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, **CONVOCA** o candidato GABRIEL MENDONÇA RODRIGUES, inscrição nº 66.851483, aprovado na prova escrita e prática, Grupo 3 – Provimento – Pessoas com Deficiência, para a apresentação de títulos e documentos, conforme segue:

**1. DOS DOCUMENTOS**

1.1. No período de **10h00 de 12/08/2025 a 23h59min de 14/08/2025**, o candidato habilitado para o **concurso de provimento** deverá acessar o **site** da Fundação Vunesp ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), na página deste Concurso, efetuar *login* na área do candidato (inserir CPF e senha pessoal), acessar o *link* "Envio de Documentos" e anexar os arquivos digitalizados dos seguintes documentos:

a) currículo, elaborado na conformidade do Anexo III do Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2024;

b) comprovação do estado civil;

c) 1 (uma) fotografia 3x4 de data recente (a fotografia deverá ser colada no canto superior direito do currículo);

d) certificado de conclusão do curso de Bacharel em Direito ou certificado de conclusão – (colação de grau), por instituição de ensino superior oficial ou devidamente reconhecida pelo MEC, até a data da outorga (resguardado o prazo previsto na Súmula 266/STJ); ou certidão do exercício, por 10 (dez) anos, completados de forma contínua ou com interrupção, até a última data da inscrição, de função em serviço notarial ou de registro;

- e) nacionalidade brasileira (certidão de nascimento ou de casamento, **atualizada**, ou título de cidadania);
- f) exercício pleno de direitos civis e políticos;
- g) quitação com as obrigações do serviço militar;
- h) aptidão física e mental para o exercício das atribuições da Delegação, por meio de órgão médico oficial (exame médico admissional);
- i) inexistência de antecedentes criminais ou civis incompatíveis com a outorga da Delegação, mediante a apresentação de certidão dos distribuidores civil e criminal (10 anos), da Justiça Federal e Estadual, bem como de protestos de títulos (05 anos), expedidas nos locais em que o candidato manteve domicílio nos últimos dez anos;
- j) relação das fontes de referência a seu respeito, contendo nome, cargo e endereço completos, com CEP e telefone, recomendando-se que o número de pessoas referidas não ultrapasse o de 05 (cinco).

1.1.1. Para a digitalização dos documentos, o candidato deverá observar as seguintes orientações:

- 1) Os arquivos digitalizados deverão ser salvos no formato "pdf" ou "png" ou "jpg" ou "jpeg", com até 500 KB de tamanho cada um deles;
- 2) Cada documento deverá ser salvo em um arquivo e em tamanho compatível com a impressão em papel A4;
- 3) Documentos que possuam frente e verso devem ser digitalizados ambos os lados;
- 4) Nomear os arquivos de forma clara, identificando o conteúdo de cada documento;
- 5) Conferir a qualidade da imagem digitalizada de todos os documentos: verificar se a imagem está nítida, completa (se não cortou nenhuma parte do documento), se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

1.1.2. Não serão aceitos/analizados os documentos enviados:

- 1) fora do formato indicado neste Edital;
- 2) por meios não definidos neste Edital;
- 3) encaminhados fora do prazo e horários previstos neste Edital;
- 4) ilegíveis, total ou parcialmente, incompletos, com rasuras, com sinais de adulteração ou emendas ou provenientes de arquivos corrompidos;
- 5) que não permitam comprovar, inequivocamente, pertencer ao candidato.

1.1.3. Será de inteira responsabilidade do candidato o envio dos documentos solicitados neste Edital, no período determinado, arcando com as consequências de eventuais erros ou omissões.

1.1.4. Não serão aceitas complementações ou substituições, a qualquer tempo, de documentos entregues na data e horários previstos neste Edital.

1.2. O candidato habilitado para a prova oral, se residente em outro Estado, ou que tenha residido, estudado ou trabalhado fora do Estado de São Paulo **após os 18 (dezoito) anos de idade**, também apresentará, na mesma oportunidade, certidões de distribuidores cíveis e criminais (abrangendo o período de 10 anos), e protestos (05 anos), das Comarcas que indicar, bem como da Justiça Federal, Justiça Militar (Federal e Estadual) e da Polícia Civil (Federal e Estadual), na forma e segundo as orientações já indicadas neste Edital.

1.3. Se o candidato quiser apresentar cartas de referência das fontes indicadas na conformidade da letra "j" do item 1.1 **poderá**, no período de **10h00 do dia 12/08/2025 a 23h59min do dia 14/08/2025**, acessar o *site* da Fundação Vunesp e anexá-las digitalmente, na forma e segundo as orientações já indicadas neste Edital.

## **2. DOS TÍTULOS**

2.1. O candidato habilitado para a prova oral, **no período de 10h00 do dia 12/08/2025 a 23h59min do dia 14/08/2025**, deverá acessar o *site* da Fundação Vunesp ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), na página deste Concurso, efetuar *login* na área do candidato (inserir CPF e senha pessoal), acessar o *link* "Envio de Documentos" e anexar os arquivos digitalizados dos seus títulos, na forma e segundo as orientações já indicadas neste Edital.

2.2. Para efeito de pontuação, a data da primeira publicação do Edital nº 01/2024 (**dia 11/03/2024**) será considerada como termo final de contagem dos títulos constantes do subitem 7.1, "I" e "II" do referido Edital.

## **3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. É vedada a remessa de qualquer documento ou título por via postal, "fac-simile" ou *e-mail* (Corregedoria Geral ou VUNESP) ou, ainda, através da entrega presencial nas dependências da Corregedoria Geral da Justiça ou Vunesp.

E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.

São Paulo, 08 de agosto de 2025.

(a) **FRANCISCO ANTONIO BIANCO NETO - DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO 13º CONCURSO** - (Assinatura Eletrônica)

### **Dicoge 3.1**

#### **PROCESSO PJECOR Nº 0000525-79.2025.2.00.0826 – AVARÉ**

**DECISÃO** Aprovo o parecer apresentado pela MM. Juíza Assessora da Corregedoria e por seus fundamentos, ora adotados, a) declaro a vacância da delegação relativa ao 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Avaré, vago desde 15.05.2025, em razão da pena de perda de delegação imposta ao Sr. Celso Piagentini Cruz; b) nomeio, para a função de interina, a Sra. Pauliana Pinheiro da Cruz, titular do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Avaré; e c) determino a inclusão da delegação correspondente ao 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Avaré na lista de unidades vagas, sob o nº 2439, pelo critério de remoção. Publique-se. São Paulo, 06 de agosto de 2025. **FRANCISCO LOUREIRO** - Corregedor Geral da Justiça.